

Unidade Nacional

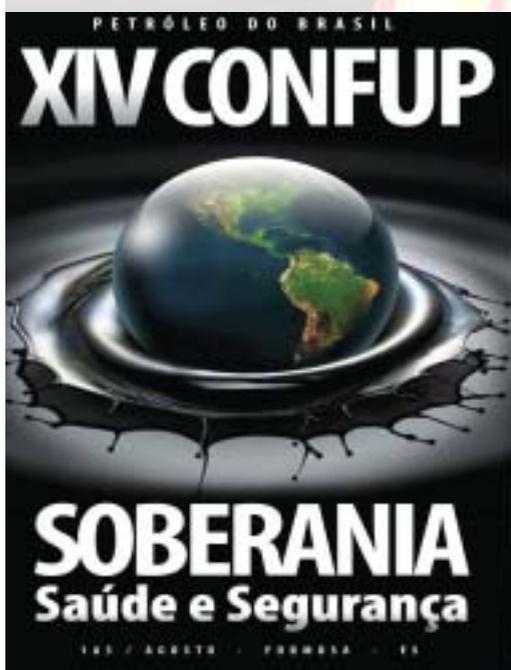


Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
10 de julho de 2008 - Nº 72 www.sindipetrocaxias.org.br



Vamos eleger os delegados para o XIV CONFUP! Participe do nosso Congresso Local

Neste sábado, 12, o Sindipetro Caxias realiza o seu Congresso local para eleger os delegados que participarão do XIV Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros. É fundamental a presença dos trabalhadores da Reduc e do Tecam no nosso congresso, que acontecerá pela manhã, na sede do sindicato, no Centro de Duque de Caxias. Além de eleger os delegados para o CONFUP, vamos também discutir encaminhamentos em relação à PLR, cuja negociação com a Petrobrás encontra-se em um impasse. A FUP convocou um Conselho Consultivo para terça-feira, 15, quando será discutido um indicativo de greve com parada de produção. Portanto, convocamos os petroleiros de Caxias a comparecerem ao Congresso local e participarem desta importante discussão.



A importância do CONFUP - O CONFUP é a instância máxima da organização sindical dos petroleiros e é neste fórum de deliberação que a categoria definirá a pauta de reivindicações que será apresentada à Petrobrás e suas subsidiárias, assim como às demais empresas do setor petróleo. No CONFUP, também são discutidos calendários de luta, organização sindical, temas da conjuntura política nacional e internacional, questões relacionadas à saúde, segurança, previdência pública e complementar, condições de trabalho, efetivo, entre tantos outros pontos de pauta que estão no dia-a-dia da nossa categoria.

O Congresso Local dos petroleiros de Duque de Caxias acontece neste sábado, a partir das 09 horas, na sede do Sindipetro, localizado na Rua José Alvarenga, 553. Participe e ajude a

construir as propostas que serão defendidas pelo nosso sindicato durante o XIV CONFUP.

Organização sindical e plano de lutas - Não precisamos ir muito longe no tempo para lembrarmos das principais palavras de ordens estampadas em nossos boletins e materiais de campanha: privatizar faz mal ao Brasil, em defesa da Petrobrás e contra o desmonte, reintegração dos demitidos, recomposição dos efetivos, igualdade de direitos, fim do bônus, novo plano de cargos e salários, direito de recusa, ganho real, fim dos acidentes, melhorias na AMS, solução das pendências da Petros.

Através da unidade e do poder de luta dos petroleiros, recuperamos a maior parte dos direitos que foram usurpados da nossa categoria pelos governos passados. Com coragem para saber combinar enfrentamento e negociação, a FUP e seus sindicatos obtiveram expressivos avanços nos últimos anos, corrigindo distorções e consolidando direitos. Ainda temos muito o que avançar e, mais do que nunca, a categoria petroleira terá de fortalecer a sua unidade e organização sindical para não recuar nas conquistas já obtidas.

Todas estas questões fazem parte dos debates travados no CONFUP. Participe e ajude a fortalecer a organização sindical petroleira!

Soberania no setor petróleo, nosso maior desafio - O Brasil, que já é uma das maiores potências do mundo em reservas de petróleo, pode tornar-se uma nova Arábia Saudita. As recentes descobertas feitas pela Petrobrás contêm reservas de dezenas de bilhões de barris de óleo e gás. Esses megacampo, no entanto, são operados pela

Petrobrás em parceria com multinacionais, quando deveriam ser integralmente do país, não fosse a ação entreguista dos neoliberais, que acabaram com o monopólio da Petrobrás. Criada em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, a Lei do Petróleo (9.478) permite que as empresas privadas explorem e produzam o petróleo e gás do Brasil, se apropriem das nossas riquezas e façam o que quiser com elas, inclusive exportá-las. Nesses 10 anos de expropriação das nossas riquezas, o barril do petróleo saltou de 12 para 140 dólares. Nesse período, a ANP já leiloou 711 blocos, num total de 3.383 colocados em licitação. Atualmente, existem 71 grupos econômicos atuando no país em atividades de exploração e produção de petróleo e gás, dos quais metade são multinacionais. Um prejuízo tremendo para a nação.

A defesa da soberania e do controle social sobre a utilização dos recursos energéticos do país é o tema principal deste XIV CONFUP. Barrar os leilões e avançar rumo à nacionalização das reservas de petróleo e gás é questão de soberania. A FUP quer fazer um amplo debate nacional, com todos os setores da nossa sociedade, para os trabalhadores se posicionem sobre o controle e o destino das nossas reservas de petróleo e gás, a participação ou não das empresas estrangeiras na exploração e produção, os papéis da ANP e da Petrobrás, entre outras questões.

São bandeiras de luta que temos que fortalecer neste CONFUP, definindo estratégias de ação que unifiquem a categoria em torno de uma campanha nacional em defesa da soberania.



A luta pela igualdade de direitos

Acabar com as discriminações entre trabalhadores admitidos antes e depois de setembro de 1997 sempre foi uma das principais bandeiras de luta da FUP, consolidada em 2007 com o novo PCAC e o Plano Petros 2. Os petroleiros sofreram uma série de ataques durante os governos neoliberais, principalmente em função da resistência à privatização da Petrobrás. As perseguições se intensificaram após maio de 1995, quando fizemos a histórica greve de 32 dias. A unidade e a organização da categoria foram fundamentais para preservar direitos conquistados na luta.

Mas, o governo FHC continuou adiante em sua política de defesa do Estado mínimo e sucateamento e privatização das empresas estatais, inclusive a Petrobrás. Uma das ações mais violentas do governo tucano foi a edição da resolução número 9 pela antiga CCE - Coordenadoria de Controle das Empresas Estatais -, que restringiu direitos para os trabalhadores admitidos após setembro de 1997, criando uma série de discriminações entre novos e antigos. No caso do Sistema Petrobrás, os novos empregados perderam o ATS, o sobreaviso, a isonomia no desconto da AMS, o pagamento integral das férias e horas extras, entre outros direitos conquistados pela categoria ao longo

de anos de lutas.

A FUP veio derrubando uma a uma essas diferenciações impostas e garantiu a todos os petroleiros a equiparação de direitos. Uma luta de dez anos, que nenhuma outra categoria do setor público teve êxito. A vitória dos petroleiros é mérito da nossa força mobilizadora e, principalmente, da unidade da organização sindical da categoria, através da FUP e da CUT.

A derrubada da resolução nº 9, passo-a-passo

No acordo coletivo de 2001, a FUP conquistou a equiparação no desconto da AMS. Até então, os petroleiros admitidos após 1997 só tinham direito a 50% de suplementação da Petrobrás para os procedimentos médicos.

No acordo coletivo de 2002, a FUP garantiu o adicional de sobreaviso e o pagamento integral das horas extras. Enquanto os trabalhadores antigos recebiam o acréscimo de 100% em cada hora extra, os petroleiros admitidos após 97 recebiam as horas extras conforme a CLT (50% de acréscimo).

No acordo coletivo de 2003, a FUP teve a sua primeira vitória na conquista do ATS para os trabalhadores novos. Após muita pressão, a Petrobrás concordou em pagar o adicional por tempo de serviço em forma de quinquênio. Mas na campanha reivindicatória do ano seguinte, em 2004, a FUP garantiu o anuênio para os petroleiros admitidos após 1997. Também no acordo coletivo de 2003,

a FUP arrancou o primeiro compromisso da Petrobrás em discutir conjuntamente com o movimento sindical o modelo de previdência complementar dos trabalhadores sem Plano Petros. Após quase três anos de discussão, a FUP, a Petrobrás e a Petros definiram os principais eixos do Plano Petros 2, atendendo duas bandeiras de luta do movimento sindical: garantias previdenciárias e pagamento integral do serviço passado.

No acordo coletivo de 2004, além de garantir o ATS para os novos, nos mesmos moldes dos demais petroleiros (anuênio), a FUP conquistou também a equiparação em relação ao pagamento das férias. Enquanto os trabalhadores antigos recebiam o pagamento integral das férias (100%), os novos recebiam de acordo com a CLT, ou seja, 30%.

Nos acordos de 2007, a FUP consolida a longa trajetória de luta pela equiparação de direitos entre petroleiros admitidos antes e depois de 97. A Federação garantiu aos trabalhadores sem previdência complementar o Plano Petros 2, com todas as seguranças previdenciárias e o pagamento integral do serviço passado. Nos dois primeiros meses de adesão, o plano teve mais de 21 mil inscrições. Soma-se a essa conquista, o novo PCAC, que acabou com as diferenciações salariais entre os petroleiros que recebiam a VP-Periculosidade e os que nunca tiveram este direito garantido em função da resolução do governo FHC. Além disso, ao conquistarmos um PCAC com normas de mobilidade mais democráticas e transparentes, possibilitamos aos petroleiros novas oportunidades de construção de uma carreira a médio e longo prazos. Possibilidade que foi negada pelos governos neoliberais e pelo regime militar aos trabalhadores que estão há mais de 20 anos na Petrobrás e a muitos daqueles que já se aposentaram.

